

A CONTEXTUALIDADE DA COVID E A ATEMPORALIDADE DO CONSUMO DE DROGAS E TABACO EM FOTOGRAFIAS MÍDIÁTICAS

Covid's contextuality and the timelessness of drug and tobacco use in media photographs

La contextualidad de Covid y la atemporalidad del consumo de drogas y tabaco en las fotografías de los medios

Júlio Rigoni Filho¹
Kati Caetano²

Resumo

A Covid-19 modificou as condutas sociais e evidenciou as consequências do consumo de drogas. Esse fenômeno é descrito em duas fotografias veiculadas respectivamente na *Folha de S. Paulo* e em mobiliários urbanos da Finlândia. O raciocínio parte das teorias de Judith Butler, Didi-Huberman e Jacques Rancière e considera as fotografias como arquivos de uma cultura material suscetíveis de gerar ou desestabilizar valores consensuais e moralizantes sobre as condutas.

Palavras-chave: Estética da comunicação. Fotografia. Imagens dialéticas. Pandemia. Usuários de drogas.

Abstract

Covid-19 changed individual and collective practices, also highlighting the consequences of drug use. From the perspective of Judith Butler, Didi-Huberman and Jacques Rancière, a photograph published in *Folha de São Paulo* and an advertising from Finland are analyzed. The photographs have become archives of the current situation of humanity and an educational tool, by enabling moral judgments about collective conducts.

Keywords: Communication aesthetics. Dialectical images. Drug users. Pandemic. Photography.

Resumen

Covid-19 modificó el comportamiento social y destacó las consecuencias del consumo de drogas. Este fenómeno se describe en dos fotografías publicadas respectivamente en *Folha de S. Paulo* y en carteleros en Finlandia. El razonamiento parte de las teorías de Judith Butler, Didi-Huberman y Jacques Rancière y considera las fotografías como archivos de una cultura material susceptible de generar o desestabilizar valores consensuales y moralizantes sobre el comportamiento.

Palabras-clave: Estética de la comunicación. Drogadictos. Fotografía. Imágenes dialécticas. Pandemia.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGCom/UTP). PR, Brasil. E-mail: julinhorigoni@hotmail.com – Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5151-1623>

² Doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) com pós-doutorado em Semiótica e em Ciências da Linguagem (França). Docente titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGCom/UTP). PR, Brasil. E-mail: katicaetano@hotmail.com – Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8385-1390>

1. Introdução

O Relatório Mundial sobre Drogas 2021 produzido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) aponta o impacto da pandemia do novo coronavírus no consumo de substâncias psicoativas, sendo que 275 milhões de pessoas consumiram drogas no último ano e 36 milhões de pessoas sofreram de transtornos ligados ao uso de substâncias psicoativas.

A entidade ressalta que a pandemia do novo coronavírus influenciou nas práticas de prevenção e tratamento, despertando modelos flexíveis de prestação dessas assistências, seja por meio de telemedicina ou de consultas virtuais. Todavia, ainda não há mensuração dos impactos sociais da pandemia, mas as situações sociais e econômicas são fatores que ampliam a vulnerabilidade para o consumo de substâncias psicoativas.

Historicamente, o uso de drogas acompanhou a evolução da sociedade, sendo que as medidas de combate e de repressão ao seu uso também. E um dos caminhos para essa regulação passa pelos processos e objetos comunicacionais, como publicidades, propagandas e matérias jornalísticas. Entretanto, as imagens parecem nortear as representações ligadas às práticas de conscientização sobre os malefícios das drogas.

No Brasil, o crack é uma das drogas que mais despertam campanhas de conscientização e, com o avanço dos anos, passou a ser comum imagens de usuários em situação de uso da droga, isolados nas comunidades heterotópicas denominadas cracolândias. Muitas dessas imagens foram premiadas mundialmente, como a campanha *O Crack Consome*, ganhadora de um leão de bronze na categoria design no Festival de Cannes, em 2013. Executada a pedido da ONG Parceria Contra Drogas pela agência Talent, mobiliários urbanos impressos em um papel feito com massa de trigo foram dispostos na Galeria do Rock, na cidade de São Paulo. Dentro do mobiliário urbano havia larvas de trigo que com o passar do tempo consumiam a figura impressa.



Fig. 1: Peça de divulgação da campanha *O Crack Consome*. ONG Parceria Contra Drogas e Talent.
 Fonte: <https://www.criatives.com.br/2013/05/campanha-o-crack-consome/>

Como evidenciam Rancière (2012) e Quintana (2020), o exagero de imagens dos acontecimentos gera não só uma sufocação na compreensão, mas, sobretudo, a expressão reiterada de montagens consensuais em prol da ordenação das percepções e dos afetos. Para Quintana (2020) esse agenciamento do sensível proposto pelas tramas das imagens configura uma ordem de sentido e de percepção em iniciativas visíveis e cotidianas.

Também, é possível considerar que o corpo não é mero passível dessas transformações, embora a imposição de padrões possa ocorrer de maneira simbólica por intermédio das imagens. O corpo é o espaço capaz de convergir e irradiar emoções e afetos que são a base do processo comunicacional, como salienta Caetano (2011), e qualquer transformação da corporeidade que gere transformações nessas imagens consensuais podem consistir em ações emancipatórias.

Por isso, toma-se como problemática norteadora deste texto o uso figurativo do ‘corpo drogado’, passando pela violência contra esses corpos, as mobilizações morais nas quais esses objetos estão mergulhados e os interesses na repressão e na punição para manter os corpos sadios. Busca-se refletir sobre os limites e compassos que envolvem os processos de visibilidade e invisibilidade desses corpos.

Logo, as reflexões propostas neste ensaio envolvem compreender a apropriação do corpo enquanto elemento social dos discursos sobre drogas, revelando a dimensão estético-política dessas imagens no contexto da pandemia. Analisa-se assim, uma

fotografia veiculada no jornal *Folha de S. Paulo*, e uma campanha publicitária finlandesa, à luz dos pensamentos de Georges Didi-Huberman, Judith Butler e Jacques Rancière. Provocam-se reflexões sobre os limites e as tensões geradas pela visibilidade do sofrimento corpóreo ligado ao uso problemático de substâncias psicoativas nas imagens além de possibilidades emancipatórias para esses corpos.

2. Apontamentos teóricos sobre a visibilidade dos corpos de usuários de drogas em imagens durante a pandemia da Covid-19

Em relação ao atual cenário da pandemia, De Mendonça (2021) salienta que o negacionismo dos governantes somado às “formas confusas e inadequadas de esclarecimento para as populações” (p.26), manifestadas principalmente na busca por soluções milagrosas para a pandemia, despertam incertezas e medo nas pessoas. A pesquisadora vai além ao defender indícios que aproximam o cenário atual da pandemia com o episódio da Revolta da Vacina, ocorrido há aproximadamente 120 anos: um levante popular ocorrido no Rio de Janeiro contra a vacinação obrigatória de prevenção da varíola imposta por Oswaldo Cruz, então diretor geral de saúde pública. Além disso, havia o interesse na remodelação urbana da capital carioca, cuja intervenção estatal manifestou-se pela alteração e extinção dos hábitos das camadas mais pobres.

Tais práticas higienistas articulam-se à história da clínica e da loucura reconstruída por Foucault (1997), em cujo contexto a psiquiatria se tornou um ramo da higiene pública ao propiciar a proteção social. Logo, incorporando um saber científico e médico, a psiquiatria passou a codificar as patologias, como a loucura e as manias, enquanto perigos mentais capazes de atingir a sociedade. No século XIX, esse ramo da medicina passou a compor a engrenagem psiquiátrico-judiciária materializada nos manicômios. A noção de anomalia e os questionamentos sobre a distinção entre normal e anormal ao longo do século XX foram secundados por todo um aparato técnico e metodológico que impulsionou e legitimou as práticas de controle e correção disciplinares que incorporaram e colaboraram com as áreas jurídicas e médicas.

Rodrigues (2006) lembra que as práticas higiênicas da sociedade ocidental não devem ser entendidas apenas como convenções simbólicas, mas que são também práticas simbólicas. Para a maior parte das pessoas, o comportamento de higiene é algo ritualístico. Nesse aspecto, a correção dos hábitos considerados sujos implica uma hierarquização entre puros e impuros, situação que atua diretamente na organização e diferenciação da sociedade.

Para Agamben (2005), revisitando os estudos de Michel Foucault, tudo aquilo que envolve uma captura, orientação, determinação e controle de gestos, opiniões e condutas dos indivíduos pode ser entendido como um dispositivo. Além das instituições, como o manicômio-judiciário, o próprio cigarro e a linguagem encontram-se como dispositivos.

Agamben (2020) instiga, também, reflexões sobre o cenário mundial atual, principalmente com as consequências do processo de isolamento social, enquanto prática necessária para a manutenção da vida, mas com prováveis degenerações das relações humanas devido às limitações de liberdade.

Assim, no contexto atual, as figuras de anormalidade, como os usuários e dependentes químicos, são construídas ao longo da evolução das sociedades como formas de exclusão e manutenção da ordem, sendo que as representações desses corpos são práticas de espetacularização da dor, como aponta Didi-Huberman (2015) ao analisar imagens de histeria.

É na partilha do sensível que a cena de dissenso busca mover os corpos de suas predeterminações. Nelas há elementos de dramaticidade teatral somados à racionalidade da cena argumentativa, e nessas práticas, de ordem policial, as imagens tornam-se consensuais, pois ordenam e compartimentam o estado das coisas, reduzindo a criatividade e resistência do imaginário, como expressa Marques (2013).

É sobre o regime de divisão e montagem na construção do comum que repousa a ficção, defendida por Rancière (2021) como um acréscimo de racionalidade à realidade, sendo que a razão ficcional é revolucionada com a infelicidade do herói trágico, como consequência de um erro. Na ocorrência deste trabalho, tal erro poderia ser apresentado como o uso de drogas e de seus efeitos.

Se a ficção é para Rancière uma “distribuição dos lugares” (2021, p.17), as imagens de conscientização enquadram-se enquanto partilha capaz de determinar o comum e a maneira como os indivíduos participam desse processo. Além de uma mera construção

perceptível do mundo comum, a ficção envolve o encadeamento dos acontecimentos da vida, associando-se ao aspecto temporal das narrativas.

Cabe nessa discussão trazer a opinião de um estudioso da imagem crítica, Didi-Huberman (2013), para quem as imagens despertam um paradoxo no observador ao torná-lo, ao mesmo tempo, um espectador que sabe e que não-sabe de tudo. Logo, a imagem que aparenta evidenciar-se em sua totalidade é também oculta, sendo que é justamente nesse espaço de saber e não-saber que residem fendas de conhecimento, de interpretações e de narrativas.

A abordagem da figuração dos corpos e seus envolvimento em fotografias de conscientização ao uso de drogas traz à tona o debate dos limites da visibilidade e da invisibilidade, bem como suas construções de significado. O corpo que, em geral, aparece nas imagens de drogados, é descartado no espaço de inteligibilidade e pressupõe uma lógica temporal de impossibilidade de um horizonte do possível, como conceitua Quintana (2020).

Essas práticas exploratórias são nítidas nas imagens de conscientização enquanto representações de indivíduos que necessitam de ajuda, devido às suas condições de vulnerabilidade. Inclusive, pela própria presença “exigida” de testemunhas materiais nessas peças de comunicação, caracterizando um modelo canônico que expõe “anormais” incapazes e “normais” acolhedores ou excludentes.

Em relação ao testemunho, nota-se que essas imagens de conscientização emolduram os gestuais e as técnicas corporais que são culturalmente condicionados ao entorpecimento, como as maneiras de consumir drogas, mostrando-se aí apenas o dano em termos de consequências, imediatas ou de longo prazo, e não de uma conjuntura socioeconômica em que o consumo se inscreve. É nesse regime de visibilidade que o questionamento de Rancière (2012) sobre a imagem intolerável ganha força.

Para o filósofo algumas imagens tornam-se incapazes de serem olhadas “sem sentir dor ou indignação” (p.83). Todavia, o autor também problematiza a tolerância de se criar e expor tais imagens à visão dos outros. Logo, há uma relação entre expor o que é socialmente e culturalmente intolerável e a capacidade de a imagem ser inapta para criticar a realidade constituindo um “deslocamento do intolerável na imagem para o intolerável da imagem” (Rancière, 2012, p.84).

Se a reação comum diante dessas imagens é o desvio do olhar ou o fechar dos olhos, a presença do testemunho enquanto atestado para as representações de tais imagens envolve o registro de vestígios visíveis, experienciados por aquele que presenciou ou sentiu as consequências do uso de drogas e os rastros dessa interação nos corpos. Mais, portanto, do que o sentimento de intolerável para as testemunhas de certas imagens, está o intolerável de quem vê a si próprio exposto como testemunho de sua condição.

Para Butler (2015), a vulnerabilidade social é algo anterior ao surgimento do sujeito, sendo uma condição de existência, “como um local de desejo e de vulnerabilidade física, como um local de exposição pública e ao mesmo tempo assertivo e desprotegido” (Butler, 2015, p.40). O sujeito é, assim, dependente dos cuidados de um determinado outro para ter acesso à vida em comunidade.

Problematizando o aspecto da presença da testemunha, Butler (1997; 2015; 2019) postula a existência de um abismo entre vidas que importam e que merecem cuidado/apoio e vidas que não são passíveis desse reconhecimento.

Em relação ao caráter público dos corpos, Butler (2015) defende que ao ser exposto aos olhares dos outros, o corpo carrega as marcas de relações que nem sempre são desejáveis ao indivíduo. Somando-se a noção de vulnerabilidade defendida por Butler (1997; 2015; 2019) e apresentada anteriormente, essa preposição de cuidado do outro, enquanto “ser vulnerável”, torna o sujeito refém de explorações.

3. Percursos Metodológicos

Partindo da dimensão estética da política, como conceitua Rancière (2009), compreende-se as imagens enquanto partilha do sensível, que para o filósofo envolve a repartição dos lugares, de tempos, espaços e atividades capazes de determinar o comum e como os indivíduos participam dessa partilha.

Em meio ao grande volume de imagens produzidas no contexto da pandemia e no contexto do uso de drogas, a perspectiva arqueológica de montagem das imagens, proposto por Didi-Huberman (1998), revela-se uma metodologia pertinente para articular as

fotografias examinadas. Seus sentidos surgem dessas associações espaço-temporais, pois para o autor não representam um contato com a realidade gerado pelas imagens partindo da noção de que a verdade não é revelada por essa realidade

Na perspectiva de Didi-Huberman (1998) há um processo experimental, museológico, que envolve a técnica de produção dessas imagens, sua função arquivística de armazenamento da história, e de ensino, servindo para exemplificações e comparações junto a outros indivíduos e até mesmo a outras imagens. É preciso ressaltar que Didi-Huberman (1998) recupera a clássica noção de Walter Benjamin sobre a relevância das imagens dialéticas para compreender que a imagem crítica envolve uma imagem em crise, “uma imagem que critica nossas maneiras de vê-la, na medida em que, ao nos olhar, ela nos obriga a olhá-la verdadeiramente” (Didi-Huberman, 1998, p.172).

Para Didi-Huberman (1998), a aura de Benjamin está além de uma fenomenologia de fascinação, envolvendo-se em uma dupla distância da imagem dialética, entre o próximo e o distante, o arcaico e o contemporâneo e o vazio e o cheio, podendo ser pensada pelos poderes de memória e de desconstrução da totalidade, sendo que neste lugar a aura provoca “um olhar que deixaria à aparição o tempo de se desdobrar como pensamento, ou seja, que deixaria ao espaço o tempo de se retramar de outro modo, de se reconverter em tempo” (Didi-Huberman, 1998, p.149).

Por meio desse método de montagem, defendido por Didi-Huberman (1998), busca-se examinar uma fotografia publicada no jornal *Folha de S. Paulo* e uma campanha publicitária finlandesa veiculada em mobiliários urbanos de Helsinki, ambas no contexto da pandemia da Covid-19 evocando questões ligadas ao consumo de crack, como na fotografia jornalística, ou o consumo de tabaco, como na campanha, a qual será analisada para elucidar questões ligadas às representações do usuário de crack. De tal forma, essas imagens podem ser entendidas além do visível como dispositivos de captura dos gestos e condutas dos usuários de drogas, cristalizando-se como consensuais, na perspectiva de Rancière (2009).

Ainda, nesse processo de montagem, passa-se a elucidar alguns aspectos sociais e culturais ligados à representação do crack, traz-se um trecho de uma matéria de 1991 do Jornal *Folha de S. Paulo* anunciando a incidência da droga no Brasil.

4. Dialogando com as imagens

Nesse momento, foca-se em evidenciar como a visibilidade dos corpos permeia as imagens de conscientização veiculadas em jornais e campanhas publicitárias, recorrendo ao método da montagem para apresentar as quatro imagens descritas brevemente no item anterior. Fala-se em montagem, no sentido de que imagens de contextos diversos são associadas com o fito de perceber nessas relações que despertam o olhar curioso do pesquisador aquilo que nelas permanece e o que as distingue. A discussão centra-se em duas imagens produzidas ao longo da pandemia da Covid-19: uma fotografia jornalística brasileira de 2020 e uma campanha publicitária finlandesa do mesmo ano. Embora com finalidades distintas, na medida em que se pressupõe que a jornalística seja uma imagem de informação e a publicitária de divulgação, positiva ou negativa, de objetos ou práticas, elas são passíveis de serem confrontadas porque abordam a mesma temática dentro de um contexto específico no qual axiologias culturais são expostas, de modo implícito ou explícito.

Esta fotografia jornalística foi extraída de uma matéria de 8 de abril de 2020 da *Folha de S. Paulo*, no início da pandemia no Brasil, e fotografada por Marlene Bergamo durante o fechamento de uma unidade de atendimento emergencial da cracolândia com banheiros, alimentação e espaço para pernoite. Parte dos indivíduos que usavam o local foram conduzidos a outra unidade de atendimento. Durante essa remoção, um corpo de um homem vítima de tuberculose foi encontrado. A foto selecionada faz parte de uma série de capturas que mostra o processo de retirada dos indivíduos, seu embarque nos ônibus e a limpeza das ruas. Na Figura 2, uma agente de saúde coloca uma máscara descartável para que o morador de rua seja levado até outra unidade de atendimento.



Fig. 2: Morador de rua recebe máscara de agente de saúde. *Folha de S. Paulo*. Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/equilibrioesaude/2020/04/prefeitura-de-sp-fecha-servico-para-usuarios-de-drogas-e-corpo-e-encontrado-na-cracolandia.shtml>

Entretanto, essa ação policial executada na cracolândia, empregando as noções de polícia para Rancière (2009), foi denunciada pelo coletivo Craco Resiste, que desde 2016 promove práticas de resistência à violência policial na região da cracolândia, mobilizando diálogos, vigílias e atividades de lazer e cultura em prol da formação de uma rede de apoio. O coletivo filmou a transferência dos usuários de drogas em dois ônibus lotados, que saíram da unidade de Atendimento Diário Emergencial II em direção ao Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica (SIAT), que fica a dois quilômetros de distância.

O coletivo preocupa-se com a transmissão da Covid-19 e incidência de casos na cracolândia devido à falta de higiene, constituindo problema social recorrente que apenas potencializa a circunstância específica da pandemia. A Defensoria Pública de São Paulo, enquanto instituição policial de justiça na perspectiva de Rancière (2009), exigiu a reabertura do Atendimento Diário Emergencial II, sendo que a prefeitura de São Paulo defendeu o fechamento, afirmando que as pessoas não seriam desamparadas. O coletivo Craco Resiste mostra-se como uma iniciativa que propicia ações políticas, que rompem com o consenso enquanto rasgos no tecido sensível, partindo do princípio de que a polícia envolve a construção do comum por meio da semelhança e da diferença que

caracterizam os corpos e suas agregações. A imagem reflete nessa cena, ainda que talvez inconscientemente, um conflito contrastado entre o cuidado pontual, em face da pandemia, e o descuido permanente do serviço de saúde. É nessa oposição que o título do presente artigo se assenta, ou seja, reporta-se a um problema estrutural, permanente, que adquire no enquadramento da eclosão pandêmica a visibilidade de atenção ao outro. Fica a questão de para onde irão, e em que condições serão deslocados, esses indivíduos uma vez passada a fase da Covid.

Merece esclarecimento, todavia, que o processo higienista pontual não é recente, na realidade, acompanha a própria ascensão do crack na cidade de São Paulo, a partir do final da década de 1980, em bairros periféricos e, logo no início da década de 1990 já era possível mensurar a intensa busca pela droga na região central da cidade, principalmente no bairro da Luz (Raupp, Adorno 2009). Desde então, o noticiário impresso e diário brasileiro traz informações sobre a droga. Na *Folha de S. Paulo* o crack passa a marcar presença a partir do início dos anos de 1990. O trecho que segue, reproduzido apenas a título de ilustração de nosso raciocínio, é uma das primeiras notícias sobre o consumo da droga em terras brasileiras, anunciando a chegada da droga ao país, informações bioquímicas e os perigos sociais dela. Embora a qualidade da imagem não permita muitas inferências, a legenda permite considerar a presença de um indivíduo fumando a droga.



Fig. 3: Trecho da página 1 do caderno de negócios e ciência da Folha de S. Paulo de 01/02/1991.

Fonte: Adaptado de <https://acervo.folha.com.br>

Enquanto o crack possui seu consumo condenável desde o surgimento das primeiras manifestações do consumo nos centros urbanos, debruçando-se sobre as modificações das condutas sociais e morais pelas quais o consumo de drogas acompanha a sociedade nas décadas de 1990 a 2000, nos contextos brasileiro e mundial, o cigarro evoluiu de um elemento de charme e refinamento para um dispositivo de aprisionamento e dependência, capaz de gerar danos irreparáveis à saúde, principalmente ao sistema respiratório, entretanto, a droga ainda é lícita. Para Flusser (2014) o gesto de fumar envolve movimentos estereotipados em um sentido amplo, como algo inserido em parâmetros determinados, inclusive como um gesto estético, ligado a um ritual. Assim, “o fumante escolheu o modelo deliberadamente como fator limitativo do ato. Isso distingue o rito dos demais gestos. Todo gesto é limitado pelas circunstâncias, mas o rito, ao contrário dos demais gestos, querser assim limitado” (Flusser, 2014, p.34).

Logo, os apelos para a valorização da saúde ganham força nas mensagens de conscientização promovidas por governos e associações de saúde do mundo. Em um período como a pandemia, algumas dessas campanhas aproveitam-se do engajamento e da preocupação com a saúde propiciadas pela situação mundial para alertar sobre os riscos do tabagismo.

Esse é o caso da segunda imagem tomada como empírico, uma campanha publicitária finlandesa expressa na imagem a seguir. Criada pela TBWA de Helsinki para o Cancer Society of Finland, o argumento equivale a pandemia do novo coronavírus com a pandemia do tabagismo, que mata oito milhões de pessoas a cada ano, empregando rostos com máscaras de proteção nas quais a boca tem a marca de queimadura, como um rastro, uma rasgadura deixada pelo cigarro.



Fig. 4: Peça de mobiliário urbano da campanha. Cancer Society of Finland.

Fonte: https://www.adsoftheworld.com/media/integrated/cancer_society_of_finland_the_pandemic_that_kills_8_million_every_year

Esse emprego do corpo, em específico do rosto do usuário de drogas, também é um recurso que não se iniciou com a atual pandemia. Para Rodrigues (2006) a distinção entre hábitos puros e impuros é nítida em campanhas publicitárias, como no caso da campanha finlandesa o indivíduo tabagista é um “perdedor” ou “sujo”, constituindo uma norma de higiene: o não uso do tabaco. O curioso nessa imagem é que ela figurativiza uma sobreposição capaz de remeter simbolicamente à ideia de simultaneidade da pandemia e do vício. Assim, a máscara seria a figura facilmente associável à pandemia, no momento atual, mas o furo em seu tecido, com cor amarelada impressa como rastro da queima do tabaco, remete ao ato de fumar, que ultrapassa o bloqueio da máscara. Do ponto de vista semântico, poder-se-ia inferir a insuficiência até da máscara para os fumantes e a aspectualidade intensiva do vício em relação à Covid-19.

Ambas as imagens examinadas evidenciam, assim, um problema recorrente da vida social, que não pode ser apagado ou esquecido pela contingência da pandemia da Covid-19, em que pese a nocividade e intensidade negativa de seus efeitos. Mesmo que

não se confronte radicalmente com a lógica do corpo degradado, insere o vulnerável em uma cena de potencialidade dos danos sociais pela parasitagem do vírus nessas condições, explorando o caráter contínuo do problema, bem como saídas, de proteção ou atribuição de responsabilidades individuais, que são circunstanciais ao momento vivido pela pandemia, no qual a proteção do outro implica a proteção de si.

Por conseguinte, embora as imagens pertençam a contextos culturais distintos, elas podem ser aproximadas devido ao momento mundial que envolve a pandemia, constituindo uma montagem de cenas para dois procedimentos diferentes de abordagem dos sujeitos. Na primeira, aparece o papel do Estado que visa à proteção por meio de uma agente de saúde colocando a máscara no rosto do usuário de droga. Na campanha de combate ao tabagismo da Finlândia, trata-se de uma incitação à competência do leitor para fazer as articulações possíveis entre os dois problemas: a pandemia e o tabagismo. Aqui recorre-se a um fenômeno escalar que instiga o observador a perceber uma hierarquia de limites: o limite da Covid-19, que é considerado extremo no contexto atual, parece ser ultrapassado em escala pelo risco do tabaco. Em outros termos, anuncia-se não (apenas) que a pandemia mata, mas também o tabagismo que não é contextual e sim contínuo da parte de um usuário. Se a máscara é capaz de conter a entrada do vírus, e é apoiado nesse princípio que o Estado se propõe ao cuidado com o vulnerável, ela não evita o consumo do tabaco que a perfura em cada ato de fumar. Acolhimento e chamada à responsabilidade própria são dois tipos de convocação dos leitores para os perigos da pandemia, associados a outros tipos de riscos e vulnerabilidades permanentes vinculados a usuários de drogas e tabaco.

Ainda, há a dimensão da saúde do sistema respiratório dos indivíduos, visto que o fumo de drogas como o crack e o tabaco, assim como a Covid-19, comprometem o funcionamento desse sistema, sendo também fatores de risco para o agravamento dos casos da doença causada pelo novo coronavírus. Por isso as relações entre a pandemia e o consumo de drogas mostram-se próximos, como o relatório da UNODC evidenciou.

Nas imagens de usuários há normalmente uma manifestação higienista na condenação moral do ato de fumar (seja tabaco ou crack), visto que essa prática incide sobre o corpo provando mal cheiro, sujeira das mãos, envelhecimento precoce da pele. De todo modo, os corpos retratados aludem à falta de cuidado ou a uma existência precária.

A máscara, enquanto elo entre as imagens, que mesmo em realidades sociais distantes podem ser aproximadas pelos aspectos sociais e de saúde ligados ao consumo de drogas, passa a significar além de um cuidado para si e para com o outro, no sentido de evitar o contágio, uma prática de exclusão, visto que orienta condutas individuais, controla os gestos e a as funções corporais, caracterizando-se como um dispositivo de acordo com a definição de Agamben (2005).

5. Caminhos da emancipação por intermédio das imagens Percursos Metodológicos

A leitura dessas imagens desperta uma indagação que é constante: seria possível pensar em uma emancipação de tais corpos, condicionados a uma visibilidade degradante, expressa por sintomas (Didi Huberman (2011) constantemente voltados às marcas que ficam e não aos horizontes possíveis? A resposta seria não, uma vez que constituem práticas do passado, que materializam as ações humanas, evidenciando incertezas, deformidades, rasgaduras, e o recurso a rupturas sensíveis e materiais das representações dominantes implicam uma abordagem mais crítica de um problema estrutural, com as quais as fotos analisadas podem ser associadas.

Inscrevem, assim, uma espécie de desacordo (Rancière, 2012), que, enquanto lógica contrária ao consensualismo, converte-se em uma prática de desmonte e reconfiguração do comum. Portanto, o desacordo permite que os indivíduos recusem ser compreendidos a partir de rótulos, estigmas ou estereótipos, visto que essas formas acentuam as maneiras como eles são percebidos, ouvidos e vistos na sociedade.

Retomando a noção de agenciamento do sensível proposta pela configuração das narrativas, como já explanado anteriormente, tem-se que a discordância ou o desacordo antagônico diante desses agenciamentos não é passível de combate perante uma luta frontal, caracterizando o rompimento de um espaço físico, como aponta Quintana (2020). Pequenos gestos, singulares, novas perspectivas imagéticas, novos modos de perceber as vidas precárias, e a necessidade de cuidado do outro, podem operar pequenos desvios do olhar e um estranhamento gerador de movimento compreensivo diante dos graves problemas sociais, uma nova sinergia humanitária no tratamento das representações simbólicas.

Como uma luta que envolve a distribuição do sentido e da percepção que caracteriza a emancipação não se propõe ingenuamente o combate imediato do sistema capitalista e de seus efeitos nos sujeitos. Entretanto, a prática emancipatória é a reconfiguração da visibilidade do comum e não o que define o grupo ou a coesão estabelecida em seu interior. Assim, é preciso trabalho e tempo para as alterações nas reclassificações dos corpos por meio de mudanças nas percepções, linguagens e comportamentos sendo que os corpos podem, de forma consensual, abrir intervalos, denominados *écarts* por Rancière (2011).

No caso da cracolândia, por exemplo, a Pastoral do Povo da Rua, grupo da Igreja Católica e coordenada pelo Padre Júlio Lancellotti, promove atos de resistência na região, como: entrega de marmitas, diálogos e atenção com usuários de drogas, denúncias de violências e defesa dos direitos humanos. Entretanto reflete-se a respeito da horizontalidade no processo de desestabilização das fronteiras e ordens conceituais, caracterizando uma verticalidade nas compreensões sobre os fenômenos.

Em uma perspectiva próxima ao que foi discutido neste artigo, Gregori (2021) fotografou a cidade de São Paulo durante o isolamento social, revelando os fluxos culturais e sociais da cidade enquanto prática coletiva de construção memorialística. A autora destaca os estudos de Didi Huberman (2017) para compreender as representações da cidade para além das materialidades enquanto receptáculos, mas empregando a noção de levantes, que pode ser desde um desejo de resistência, um gesto contra a opressão até a escavação arqueológica para evidenciar camadas silenciosas, constituindo um cenário que caracteriza as insurgências.

6. Considerações finais

Ao longo do texto foi proposta uma discussão sobre a visibilidade do corpo nas imagens de usuários de drogas fumáveis, conduzindo, por meio do método da montagem, uma investigação entre o passado e o presente de tais visibilidades. Por isso, resgatamos uma fotografia jornalística e uma campanha de conscientização recentes, como casos empíricos a guiar nosso raciocínio, contextualizado ainda por ilustrações de um antigo recorte de jornal do início da década de 1990 e de uma campanha de prevenção ao crack de 2006. Interessamo-nos mais pela análise das imagens recentes, promovidas em meio a pandemia da Covid-19, para observar

como os elementos característicos dessa realidade, como a máscara descartável, assumem posições e reconfiguram a visibilidade dos corpos, à medida que se ligam a um processo higienista e sanitário.

Essas imagens não têm a única função de conscientização, mas revelam a maneira como nós tratamos outros corpos, as formas de torná-lo patológico e perigoso, incidindo sobre a memória coletiva e passando para a história como rastros de práticas de invisibilidade dos corpos e de agenciamento do cuidado e do luto, como rasgos do tecido sensível. Retomando a noção de ficção enquanto acréscimo de realidade e distribuição dos lugares (Rancière, 2020), nas imagens sobre usuários de drogas a maneira como representam o sujeito envolve a construção de um consenso, posicionando tais corpos em um local de degradação e patologia, cujo tratamento “comum” é a repressão.

Desse modo, tais imagens são incendiárias por envolver realidades cruas e proliferar-se mesmo em meio a censura, a destruição, como na situação pandêmica atual.

Retornando ao início do texto, o interesse em analisar as imagens que compõem as práticas e discursos de conscientização mediatizados para além dos próprios meios e formatos, mas compreendendo a apresentabilidade dessas imagens enquanto novas montagens, novas perspectivas de entendimento, podem-se considerar essas imagens em seus sentidos políticos, logo, como resistência e testemunhos (Didi-Huberman, 2004) que resgatam a atenção para conflitos duradouros na sociedade e que parecem ser superados ou escanteados momentaneamente pelo discurso imperante da pandemia.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2020). *Reflexões sobre a peste*. Boitempo.
- Agamben, G. (2005). *O que é um dispositivo?* Outra travessia.
- Benjamin, W. (1994). *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. Brasiliense.
- Butler, J. (1997). *The psychic life of power: Theories in subjection*. Stanford University Press.

- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica Business.
- Caetano, K. E. (2011). Presenças do sensível nos processos interacionais. *Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*. ISSN 1982-2553, (22). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/6647/0>. Consulta em 10 de setembro de 2021.
- De Mendonça, M. G. (2021). Crise sanitária. Mundo e Desenvolvimento: *Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*, 1(5), 24-53. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoedeDesenvolvimento/article/view/80. Consulta em 10 de setembro de 2021.
- Didi-Huberman, G. (1998). *O que vemos, o que nos olha*. Editora 34.
- Didi-Huberman, G. (2011). *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Editora UFMG.
- Didi-Huberman, G. (2012). Quando as imagens tocam o real. *PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*, 206-219. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15454>. Consulta em 10 de setembro de 2021.
- Didi-Huberman, G. (2017). *Levantes*. SESC.
- Flusser, V. (2014). *Gestos*. São Paulo: Annablume.
- Foucault, M. (1997). *Os Anormais*. Martins Fontes.
- Gregori, M. S. (2021). Imagens em movimento: sintomas e frestas em experiência da pandemia. *Revista ARA*, 10(10), 57-89. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaara/article/view/182152>. Consulta em 10 de setembro de 2021.
- Petherbridge, D., de Melo, A. S., Ruiz, G. V. A., Firmino, K., Bonote, M., & de Almeida Bressiani, N. (2020). Reconhecibilidade, percepção e a partilha do sensível: Honneth, Rancière e Butler. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, 25(3), 185-207. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/176242>. Consulta em 10 de setembro de 2021.
- Marques, A. C. S. (2013). Aspectos éticos, poéticos e comunicacionais do pensamento político de Jacques Rancière. *Logos*, 20(2). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/6233>. Consulta em 10 de setembro de 2021.

- Quintana, L. (2020). *Política de los cuerpos: Emancipaciones desde y más allá de Jacques Rancière*. Herder Editorial.
- Rancière, J. (2009). *A partilha do Sensível: estética e política*. Editora 34.
- Rancière, J. (2011). *Les écarts du cinema*. La Fabrique Éditions.
- Rancière, J. (2012). *O Espectador Emancipado*. Martins Fontes.
- Rancière, J. (2021). *As Margens da Ficção*. Editora 34.
- Raupp, L. & Adorno, R. D. C. F. (2011). Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 2613-2622. Recuperado em 10 de setembro de 2021, de: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vCGLjS5jHjRGXpPLGZNfxqQ/abstract/?lang=pt>
- Rodrigues, J.C. (2006). *O Tabu do Corpo*. Editora FioCruz.
- United Nations Office on Drugs and Crime (2021, junho 24). Relatório Mundial sobre Drogas 2021 avalia que pandemia potencializou riscos de dependência. *UNODC*. Disponível em: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2021-do-unodc_-os-efeitos-da-pandemia-aumentam-os-riscos-das-drogas--enquanto-os-jovens-subestimam-os-perigos-da-maconha-aponta-relatorio.html. Consulta em 10 de setembro de 2021.